



**MUNICÍPIO DE CAMPO BOM**  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

**RECURSOS DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 038/2025**

**MANIFESTAÇÃO DO PREGOEIRO**

**OBJETO:** Registro de preços para eventual contratação de empresa especializada em prestação de serviços para locação e instalação de equipamentos de sonorização e iluminação, com cobertura técnica e operacional, para atender aos diferentes eventos promovidos e/ou apoiados pela Administração Municipal.

Em resposta aos recursos interpostos pelas empresas JP Produções e Eventos EIRELI e Carlos Mateus Menezes, no âmbito do Pregão Eletrônico nº 038/2025, passo a apresentar a análise das alegações apresentadas.

**1. Empresas Recorrentes**

Apresentaram manifestação no prazo a empresa JP Produções e Eventos EIRELI, com razões recursais devidamente apresentadas, e a empresa Carlos Mateus Menezes, que apenas manifestou intenção de recurso, sem apresentar razões no prazo legal, caracterizando a preclusão do direito.

**2. Alegações da Empresa JP Produções e Eventos LTDA**

No decorrer do processo licitatório, a empresa JP Produções e Eventos LTDA foi desclassificada em razão da existência de penalidade de suspensão do direito de licitar com o Município de Campo Bom. Em suas razões recursais, a empresa contesta a desclassificação, alegando não possuir penalidade vigente.

**3. Alegações da Empresa Carlos Mateus Menezes**

A empresa Carlos Mateus Menezes registrou intenção de recurso com a seguinte alegação: “Manifesto a intenção de recurso, tendo em vista que beneficiários de ME tem preferência sobre outras empresas”. Todavia, não apresentou razões recursais no prazo legal.

**4. Contrarrazões da Empresa Q50 Produções**

A empresa Q50 Produções não apresentou contrarrazões aos recursos interpostos, o que se justifica pelo fato de que os recursos apresentados pelas empresas JP Produções e Eventos



**MUNICÍPIO DE CAMPO BOM**  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

LTDA e Carlos Mateus Menezes não versam sobre aspectos que envolvam diretamente a atuação ou classificação e habilitação da Q50 Produções no processo licitatório.

## **5. Análise e Conclusão**

Após análise das alegações apresentadas, passo a expor as seguintes considerações:

### **5.1. Quanto à Desclassificação da Empresa JP Produções e Eventos LTDA**

Durante o processo licitatório, a empresa JP Produções E Eventos LTDA, inicialmente classificada em segundo lugar na etapa de lances, assumiu provisoriamente o item após a desclassificação da primeira colocada. No entanto, antes da abertura do prazo para envio de proposta atualizada e documentos de habilitação, foi identificada a existência de penalidade vigente aplicada à empresa — suspensão do direito de licitar com o Município de Campo Bom, pelo prazo de dois anos, conforme ato administrativo datado de 24 de agosto de 2023. Diante disso, a Comissão deliberou por sua desclassificação.

Em suas razões recursais, a empresa afirmou que não possuía penalidade vigente, alegando a inexistência de registro no site oficial da Prefeitura. Reconheceu ter sido penalizada anteriormente, mas sustentou que a suspensão teria expirado. Para embasar sua alegação, anexou cópia de parecer jurídico datado de maio de 2023, no qual se opina pela aplicação da penalidade.

Contudo, cumpre esclarecer que o referido parecer integra o processo administrativo sancionador instaurado no âmbito do Pregão Presencial nº 029/2022, e tem natureza opinativa, não constituindo, por si só, o ato de aplicação da penalidade. Após a emissão do parecer jurídico, o processo seguiu seu trâmite regular, com a elaboração de documentos subsequentes e o cumprimento das etapas procedimentais previstas, culminando na efetiva aplicação da penalidade em 24 de agosto de 2023.

A sanção imposta — suspensão do direito de licitar com o Município de Campo Bom pelo prazo de dois anos — encontra-se vigente e devidamente formalizada por meio do Aviso de Penalidade e seus respectivos diários oficiais, conforme demonstram os documentos constantes dos Anexos I, II e III deste relatório.

Restando comprovada a existência de penalidade vigente à época da sessão pública, a desclassificação da empresa encontra amparo no item 2.2.1 do edital, que veda a participação de licitantes que se encontrem suspensos administrativamente. Diante disso, o recurso deve ser indeferido, mantendo-se a desclassificação da empresa.



**MUNICÍPIO DE CAMPO BOM**  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

**5.2. Quanto à Manifestação da Empresa Carlos Mateus Menezes**

Embora não tenha apresentado razões recursais, a manifestação da empresa foi analisada seguindo o princípio da prudência. A alegação refere-se à aplicação do direito de preferência previsto na Lei Complementar nº 123/2006 às microempresas.

No entanto, ao examinar os registros do certame, verificou-se que a proposta da empresa Carlos Mateus Menezes não se enquadra na hipótese de empate ficto, prevista no art. 44 da referida lei, uma vez que o valor de sua proposta excede em mais de 5% o valor ofertado pela licitante vencedora, que não se declarou beneficiária do regime de tratamento favorecido. Assim, não há qualquer direito de preferência a ser aplicado no presente caso.

**6. Decisão Final**

Diante do exposto, decido pelo indeferimento do recurso interposto pela empresa JP Produções e Eventos LTDA, mantendo-se a sua desclassificação por descumprimento do item 2.2.1 do edital. Registra-se, ainda, a perda do direito de recurso por parte da empresa Carlos Mateus Menezes, por ausência de apresentação de razões no prazo legal.

Recomenda-se, ainda, para fins de transparência e efetividade das sanções administrativas, que a penalidade aplicada à empresa JP Produções e Eventos LTDA seja devidamente cadastrada no site oficial da Prefeitura, no Portal da Transparência, bem como nos cadastros de sanções da Controladoria-Geral da União, notadamente o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

Encaminha-se o presente processo para emissão de Parecer Jurídico pelo setor competente, com vistas a subsidiar a análise e a tomada de decisão final pela autoridade superior, nos termos da legislação vigente e dos princípios que regem o processo licitatório.

Campo Bom, 16 de julho de 2025.

Lucas Marques de Souza  
Pregoeiro  
Divisão de Licitações e Contratos



**MUNICÍPIO DE CAMPO BOM**  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

**ANEXO I – AVISO DE PENALIDADE PARA A EMPRESA JP PRODUÇÕES E  
EVENTOS EIRELI**

IMAGEM 1 – AVISO DE PENALIDADE PARA A EMPRESA JP



**Município de Campo Bom**  
**Estado do Rio Grande do Sul – Brasil**

**AVISO DE PENALIDADE DO CONTRATO Nº 029/2022**

**JP PRODUÇÕES E EVENTOS EIRELI**, pessoa jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 97.009.229/0001-29, com sede na Rua Octacílio José Dias, nº 35, Bairro Passo das Pedras, na Cidade de Porto Alegre/RS, **vencedora do certame, na modalidade de Pregão Presencial nº 029/2022** para a prestação de serviços de sonorização e iluminação com cobertura técnica e operacional para os eventos do Natal da Integração de Campo Bom e o Show da banda Raça Negra.

O Prefeito Municipal de Campo Bom no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta no processo administrativo para a aplicação de penalidade, em razão do comportamento ilegal por parte da empresa vencedora do certame que realizou conduta para frustrar os objetivos da licitação, através de apresentação de certidão irregulares para fins de habilitação, assim, torna pública a aplicação da seguinte sanção em face da empresa contratada, com aplicação da penalidade de suspensão descrita abaixo:

a) Aplicação de penalidade de suspensão do direito de licitar no Município de Campo Bom/RS, pelo prazo de 2 (dois) anos, nos termos do art. 87, III, da Lei nº 8.666/93.

Campo Bom, 24 de agosto de 2023.

**LUCIANO LIBÓRIO BAPTISTA ORSI**  
Prefeito de Campo Bom

Assinado por 1 pessoa. LUCIANO LIBÓRIO BAPTISTA ORSI  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://campobom.1doc.com.br/verificacao/C987-05CC-CEA3-982B> e informe o código C987-05CC-CEA3-982B





**MUNICÍPIO DE CAMPO BOM**  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

**ANEXO II – PUBLICAÇÃO DA PENALIDADE NO DIÁRIO OFICIAL DS MUNICÍPIOS**

IMAGEM 1 – PUBLICAÇÃO DA PENALIDADE DA JP NO DOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM
<p><b>PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM</b> <b>AVISO DE PENALIDADE DO CONTRATO Nº 029/2022.</b></p> <p><b>JP PRODUÇÕES E EVENTOS EIRELLI</b>, pessoa jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 97.009.229/0001-29, com sede na Rua Octacílio José Dias, nº 35, Bairro Passo das Pedras, na Cidade de Porto Alegre/RS, <b>vencedora do certame, na modalidade de Pregão Presencial nº 029/2022</b> para a prestação de serviços de sonorização e iluminação com cobertura técnica e operacional para os eventos do Natal da Integração de Campo Bom e o Show da banda Raça Negra.</p> <p>O Prefeito Municipal de Campo Bom no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta no processo administrativo para a aplicação de penalidade, em razão do comportamento ilegal por parte da empresa vencedora do certame que realizou conduta para frustrar os objetivos da licitação, através de apresentação de certidão irregulares para fins de habilitação, assim, torna pública a aplicação da seguinte sanção em face da empresa contratada, com aplicação da penalidade de suspensão descrita abaixo:</p> <p>a) Aplicação de penalidade de suspensão do direito de licitar no Município de Campo Bom/RS, pelo prazo de 2 (dois) anos, nos termos do art. 87, III, da Lei nº 8.666/93.</p> <p>Campo Bom, 24 de agosto de 2023.</p> <p><b>LUCIANO LIBÓRIO BAPTISTA ORSI</b> Prefeito de Campo Bom</p> <p><b>Publicado por:</b> Fabiula Dieter Fontoura <b>Código Identificador:</b>A4BFDD9D</p> <hr/> <p>Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Sul no dia 29/08/2023. Edição 3645 A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site: <a href="https://www.diariomunicipal.com.br/famurs/">https://www.diariomunicipal.com.br/famurs/</a></p>





IMAGEM 1 – PUBLICAÇÃO DA PENALIDADE DA EMPRESA JP NO JORNAL

IMAGEM 2 – ZOOM DA PUBLICAÇÃO DA PENALIDADE DA EMPRESA JP NO JORNAL

JP PRODUÇÕES E EVENTOS EIRELLI, pessoa jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 97.009.229/0001-29, com sede na Rua Octacílio José Dias, nº 35, Bairro Passo das Pedras, na Cidade de Porto Alegre/RS, vencedora do certame, na modalidade de Pregão Presencial nº 029/2022 para a prestação de serviços de sonorização e iluminação com cobertura técnica e operacional para os eventos do Natal da Integração de Campo Bom e o Show da banda Raça Negra. O Prefeito Municipal de Campo Bom no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta no processo administrativo para a aplicação de penalidade, em razão do comportamento ilegal por parte da empresa vencedora do certame que realizou conduta para frustrar os objetivos da licitação, através de apresentação de certidão irregulares para fins de habilitação, assim, torna pública a aplicação da seguinte sanção em face da empresa contratada, com aplicação da penalidade de suspensão descrita abaixo: a) Aplicação de penalidade de suspensão do direito de licitar no Município de Campo Bom/RS, pelo prazo de 2 (dois) anos, nos termos do art. 87, III, da Lei nº 8.666/93. Campo Bom, 24 de agosto de 2023. LUCIANO LIBÓRIO BAPTISTA ORSI. Prefeito de Campo Bom.